

## A PSICOLOGIA SOCIAL VOLTADA PARA UMA ABORDAGEM COMUNITÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

ALMEIDA, Flávio Aparecido de<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar a inserção da Psicologia Social voltada para uma abordagem comunitária e as políticas públicas no atual contexto da sociedade brasileira. Além disso, visa contribuir para uma reflexão acerca da participação dos psicólogos frente ao trabalho no campo das políticas públicas. Utilizando-se da pesquisa bibliográfica como metodologia, a presente investigação analisa a construção dessas políticas públicas destacando as contradições existentes na sociedade e como o psicólogo pode contribuir para que o indivíduo possa compreender a comunidade da qual faz parte, seus antagonismos e de que forma pode intervir na transformação dessa realidade. O indivíduo ao conhecer o contexto, a comunidade, os grupos sociais, o ambiente que o cerca, conseqüentemente estará construindo sua identidade.

**Palavras-chave:** políticas públicas, sociedade, psicologia social

### SOCIAL PSYCHOLOGY BACK TO AN APPROACH COMMUNITY AND PUBLIC POLICIES

### ABSTRACT

This article aims to investigate the insertion of Social Psychology focused on a community approach and public policies in the current context of Brazilian society. In addition, it aims to contribute to a reflection about the participation of psychologists in relation to work in the field of public policies. Using the bibliographical research as methodology, the present research analyzes the construction of these public policies highlighting the existing contradictions in society and how the psychologist can contribute so that the individual can understand the community of which it is part, its antagonisms and in what way intervene in the transformation of this reality. The individual in knowing the context, the community, the social groups, the environment that surrounds him, will consequently be building his identity.

**Keywords:** public policies, society, social psychology

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Psicologia pela Faculdade de Minas (FAMINAS - Muriaé); graduação em Pedagogia pela Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM); graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e graduação em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Especialização em Psicologia Social pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais (INTERVALE), especialização em Neuropsicologia pela Universidade Candido Mendes (UCAM); especialização em Neuropsicopedagogia (UCAM), especialização em Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão (UCAM); especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (UCAM) e especialização em Gestão de Processos Educativos: Supervisão e Inspeção Escolar pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

## INTRODUÇÃO

A participação da sociedade na construção das políticas públicas não é algo novo no Brasil, conforme evidenciado no campo da saúde, no qual, desde os anos 50, são organizadas as conferências nacionais. No entanto, a real participação comunitária é recente e tem como marco os anos 80, por meio do fortalecimento dos movimentos sociais e da garantia de direitos prevista na Constituição Federal de 1988.

Contudo, o processo de aproximação da psicologia às políticas públicas no Brasil está mediado por dois grandes momentos históricos, nominados de pré e pós Constituição Federal (CF) de 1988, que costuma ser qualificada como “Constituição Cidadã”, tendo em vista que assegura direitos sociais e está fundamentada no Estado Democrático de Direito, tendo como um dos seus princípios a dignidade da pessoa humana (art. 1º) e entre seus objetivos a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais, com vistas à construção de uma sociedade justa e solidária (art. 3º).

Essas reflexões sobre as aproximações entre políticas públicas e Psicologia Social Comunitária tomam contornos ainda mais fortes ao considerar-se o campo da Assistência Social como um dos grandes espaços de trabalho, que na atualidade incorpora o psicólogo como um dos profissionais que operará essa política. Dessa forma, o psicólogo vem percebendo a necessidade de conceber novos conhecimentos e experiências para trabalhar em uma perspectiva coletiva que incentive a participação da população em diferentes níveis de atuação e representação. Nesta situação, o profissional, além dos conhecimentos afeitos à sua formação, necessita também do domínio de ferramentas ligadas ao trabalho com grupos, discussões políticas sobre a situação conjuntural da população e o domínio em metodologias participativas e colaborativas visando a perspectiva comunitária.

A área de psicologia voltada para políticas públicas no Brasil tem crescido e enfrentado desafios e contribuído para a luta em prol da democracia, da inclusão das classes desfavorecidas e da igualdade social. Frente a este contexto, o objetivo do trabalho é investigar a inserção da Psicologia Social voltada para uma abordagem comunitária e as políticas públicas no atual contexto da sociedade brasileira contemporânea. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica como metodologia, tendo como aportes teóricos: Torres e Marques (2005), Lane (2007), Góis (2013), dentre outros estudiosos que abordam a temática.

Dessa forma, ressalta-se que a perspectiva de homem e de mundo implícita na Psicologia Social, e mais especificamente em sua aplicação no contexto comunitário, está fundamentada na compreensão do homem enquanto construção sócio-histórica. Assim, aqueles que trabalham com comunidades a partir desses referenciais, devem desenvolver trabalhos sedimentados no fortalecimento da comunidade e na compreensão de que as situações de dominação são passíveis de modificação, pois a condição de opressão não é algo inerente ou própria de alguém ou de um grupo, ela pertence a este alguém ou a este grupo por circunstâncias, e portanto, são passíveis de mudanças.

### **AS POLÍTICAS PÚBLICAS, AS PRÁTICAS SOCIAIS E A PSICOLOGIA**

Este artigo nos remete, em um primeiro momento, a perguntar sobre o que existiria entre a Psicologia e as políticas públicas ou, mais especificamente, entre as práticas da Psicologia Social Comunitária e as propostas da sociedade civil, no sentido de atendimento das necessidades principais da maioria da população. Este parece ser um debate atual localizado na discussão sobre as relações de uma profissão com as políticas públicas em termos de quão distantes ou próximas ambas estariam.

Esta proximidade ou distanciamento, por sua vez, poderia afetar a vida das pessoas, sejam os profissionais ou os destinatários de suas ações, nos espaços sociais em que atuam. Assim, é preciso que sejam debatidos alguns aspectos teóricos e instrumentais a respeito da compreensão que se tem ou que se deveria ter sobre políticas públicas e uma reflexão a respeito das proximidades e distanciamentos da formação do profissional de psicologia para com a atuação nesse campo das políticas públicas.

O uso de variados termos qualificando a expressão “política” suscita debate e reflexão pois, embora em muitas ocasiões possam ser tratados como sinônimos, em verdade, esta sinonímia não é tão automática nem corresponde ao real. As políticas sociais entendidas como se destinando ao mundo societal, no qual as relações, interações, redes e negociações são travadas e construídas, poderiam ser destacadas como envolvendo a maior variedade de propostas dirigidas às inúmeras dimensões da vida comunitária e social (PRADO, 2012). Ou seja, todas as ações, planos e programas comunitários e sociais que estejam dirigidos ao campo da educação, da saúde, da moradia, do emprego, do transporte e de vários outros

serviços que são importantes para a organização e o funcionamento da sociedade poderiam estar nesse âmbito do leque de abrangência das políticas sociais.

Contudo, ao se estabelecer um paralelo entre a construção das práticas da Psicologia Social Comunitária e a estruturação das políticas públicas faz-se necessário entender que, da mesma forma que o trabalho comunitário, a política pública também está condicionada por uma ação continuada (MONTEIRO, 2004). Isso implica conhecer o contexto, avaliar os atores favoráveis, as condições facilitadoras, os nós críticos e as estratégias possíveis para a sua superação.

Os resultados nem sempre poderão ser medidos a curto prazo, havendo inclusive a necessidade de retroceder para avançar, pois esse processo é parte de uma estratégia fundamentada no trabalho continuado e centrado na participação coletiva, própria da democracia participativa. A construção da política pública também deve observar esses aspectos, atentando para as disputas de poder, em especial à composição dos conselhos de controle social, espaços de debate e proposição de políticas previstos junto às diferentes políticas públicas do Brasil.

Se essas políticas sociais passam a focalizar e a comprometer-se em atender as “carências”, demandas e necessidades da população e setores desprivilegiados, passando a contemplar tais reivindicações dentro dos planos de ação governamental e dos distintos setores da administração de Estado, pode-se dizer que as necessidades da população puderam ser transformadas em políticas públicas, saindo do âmbito privado e tendo uma destinação e abrangência maior a toda comunidade e sociedade (FREITAS, 2008).

Quando se fala de políticas sociais é também necessário que se fale dos territórios concretos onde as ações, demandas e reivindicações das populações acontecem e são expressas, revelando aspectos relacionados ao viver e às condições de existência da pessoa. “O desenho e as estratégias de implementação das políticas sociais metropolitanas tem que levar em conta os territórios concretos onde residem as populações a que estas políticas se destinam” (TORRES; MARQUES, 2005, p. 12).

Quando o foco de análise e das ações profissionais incide de modo direto ou indireto sobre a vida e moradia das pessoas, isso mostra a necessidade de que sejam consideradas as duas dimensões urbano e rural, mesmo que possam parecer dois lados de uma mesma realidade. Ou seja, de um lado, ao se verificar que mais de 40% da população brasileira vive no contexto urbano, isso não significa que haja

uma homogeneidade de situações, de vida, de cultura e de apropriação do espaço de convivência para essa população urbana.

Em outras palavras, poder-se-ia dizer que mesmo havendo uma concentração da população, em contextos e espaços urbanos, esta reúne uma diversidade de aspectos que se expressam, ao menos, em duas dimensões, segundo Ramos e Carvalho (2008) como:

- Os locais físicos onde a população vive, ainda que na mesma cidade ou região, podem ser espaços muito diversos, como por exemplo, uma periferia (no sentido de setor populacional despossuído dos serviços e dos equipamentos básicos) que se situa no centro da cidade, como é o caso dos cortiços ou das ocupações de prédios velhos e abandonados. Situam-se de maneira “bem” localizada (como sinônimo de viver na região central, próxima a transporte público e com acesso a alguns serviços), embora continuem a travar relações e a sobreviver de maneira precarizada como expressão das variadas formas de exclusão e desagregação no cotidiano;
- A composição da população no espaço urbano, que congrega grupos de pessoas cujos hábitos, tradições, valores e atividades compartilhadas, em seus locais de moradia, se assemelham muito mais a grupos do contexto rural, visto que estabelecem laços e compadrios semelhantes ao do mundo no campo, por exemplo. São muitas vezes classificados como moradores do cenário urbano porque residem em espaços localizados nas cidades e, no entanto, podem construir formas de convivência mais próximas às do mundo rural.

Por sua vez, de outro lado, o restante da população, ou seja, os quase 60% remanescentes, vivem no que se denomina de contexto rural, fora e/ou longe das cidades e espaços urbanos e metropolitanos. Aqui também não se pode supor a existência de uma homogeneidade, visto que nesse “rural” há um agrupamento de situações e de contextos muito diferentes entre si no Brasil.

Isto se dá, em especial, por conta da área geopolítica do país e, conseqüentemente, da distribuição e do oferecimento dos serviços, oportunidades e equipamentos públicos que ocorrem em função de diversos fatores como: facilidade de acesso físico e geográfico devido ao local onde se situa a moradia; tamanho dos agrupamentos populacionais que pressiona, com maior ou menor peso, os organismos governamentais para o atendimento de suas necessidades; existência

de serviços e recursos essenciais à cidadania, como: saúde, educação, luz, água e outros; condições e chances reais de sobrevivência e, conseqüentemente, de continuidade no local e reprodução familiar e comunitária.

Considerando-se estes aspectos, que revelam uma forte heterogeneidade entre grupos e populações que têm sido classificadas como residindo em um mesmo tipo de moradia, é que se pode afirmar que as políticas sociais e, portanto, as políticas públicas não poderiam ser pensadas em função de um critério de caráter restritivo que é o da entidade federativa, como estado, município.

Defende-se, aqui, que as políticas sociais e públicas deveriam levar em conta a multidiversidade dos aspectos nos quais as populações vivem e, por isso, deveriam considerar “[...] recortes territoriais muito mais detalhados, como distritos, bairros e setores censitários” (TORRES; MARQUES, 2005, p. 12).

Esta mudança de olhar também deveria acontecer em relação às cidades visto que “a rigor, em áreas metropolitanas, este recorte tem de ser necessariamente intraurbano” (GÓIS, 2013, p. 13) e, por isto, a ação e os programas de caráter mais amplo, como é o caso das políticas públicas, deveriam ser pensados e propostos para “unidades territoriais de menor porte” do que as grandes cidades ou federações.

Esta reflexão estampa a necessidade de que haja um profundo conhecimento e compromisso entre, de um lado, os proponentes e os gestores de políticas públicas e, de outro, os destinatários dessas propostas. Com isto, pode-se dizer que se inicia uma aproximação entre o campo da Psicologia Social Comunitária e o das políticas públicas, visto que aquela se orienta por alguns pressupostos fundamentais na sua relação com a comunidade, a saber:

- a) a valorização da existência de um conhecimento popular da comunidade, que é tão real e importante como os conhecimentos dos técnicos, agentes externos e gestores públicos;
- b) a importância da horizontalidade e diálogo nas relações entre comunidade e políticas públicas que permita uma construção conjunta e participante de planos de ação;
- c) a ênfase na dimensão das necessidades sentidas, que transcendem a dimensão objetiva das necessidades vividas, em que a compreensão sobre a realidade concreta da população irá indicar necessidades e peculiaridades próprias vividas pela população. Elas são o fruto das condições sociais e

históricas de existência e sobrevivência e, por isso, mesmo não é possível haver uma homogeneização de demandas, necessidades e precariedades vividas.

Segundo Dimenstein (2001) embora possa haver condições reais e concretas semelhantes e iguais, a maneira como isso reverbera na vida e no cotidiano das pessoas, ao mesmo tempo em que adquire dimensões únicas e subjetivas para elas, são as necessidades em sua dimensão subjetiva do sentir e apropriar-se em seu cotidiano é que deveriam ser consideradas nos planos de ações das diversas políticas públicas e sociais.

É neste sentido, ao buscar identificar e compreender essa dimensão, que a Psicologia Social Comunitária pode contribuir para uma aproximação das políticas públicas às populações destinatárias. Dessa forma, a figura do gestor público ocupa um lugar crucial seja na interação e interface entre propostas governamentais e população, seja na aproximação e conhecimento que deveria ter da população, seja na tentativa de implementação e acompanhamento das políticas públicas. Entretanto, os resultados positivos e esperados da implementação dos programas de políticas públicas não têm acontecido na mesma direção e velocidade de suas intenções de sucesso.

Muitas vezes, esses gestores pouco conhecem sobre a população, como pouco sabem sobre o processo de construção das propostas. E estas, por sua vez, foram planejadas desconhecendo a população-alvo e, por isso, foram construídas de maneira a considerar a população de maneira padronizada e homogênea, como se não houvesse diferenças e mudanças ao longo do tempo e de um lugar para outro.

[...] o fracasso de muitas políticas sociais, particularmente entre os municípios, não se devem (apenas) à falta de recursos financeiros ou de pessoal qualificado, mas sim decorrem de políticas mal desenhadas, ou seja, em cujo planejamento e formatação não se levou em conta – pelo menos não de forma adequada – a composição, o comportamento, as características e as necessidades das populações-alvo (RAMMINGER, 2010, p. 27).

Esta crítica, colocada por vários estudiosos de distintos campos, à tentativa de homogeneização das populações-alvo por parte das políticas públicas, reitera a necessidade de haver planejamentos e trabalhos interdisciplinares em que um dos focos essenciais seja o compromisso em conhecer a população-alvo (JANUZZI, 2010).

Entretanto, cabe aqui ressaltar que há uma dimensão que transcende o mero conhecimento da população-alvo, a partir da ótica da área ou profissional em questão. Em outras palavras, coloca-se aqui a essência do que vem a ser um trabalho, de fato, interdisciplinar e com uma visão de totalidade histórica, em que a população-alvo deveria ocupar o lugar de autora de sua própria história, problematizando alternativas de ação de maneira colaborativa e participante com os agentes externos e gestores de políticas públicas e identificando as necessidades que são sentidas por ela em seu cotidiano como cruciais à sua existência.

Desta maneira, a Psicologia Social Comunitária, precisa ser conhecida e ouvida em várias dimensões, tais como:

- a) os aspectos da demografia social que permitiriam compreender sua mobilidade sociogeográfica;
- b) os aspectos da Psicologia Social comunitária que possibilitariam compreender as razões para o seu pertencimento comunitário e que tipo de suporte psicossocial tem construído nas relações cotidianas onde se vive;
- c) os aspectos da saúde pública e comunitária que subsidiariam uma análise sobre as condições de existência voltadas para a promoção de saúde, para formas de consumo e que impactos podem ter na qualidade de vida;
- d) os aspectos da cultura popular e lazer compartilhado que se constituem em outras dimensões que complementam a vida cotidiana das pessoas permitindo-lhes construir formas de convivência compartilhada e solidária.

## **DESAFIOS DO PSICÓLOGO FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Falar em políticas públicas significa falar de uma teia complexa de relações em que vários atores estabelecem de diferentes modos, mediações mais ou menos tensas e conflitivas, guiadas por interesses e preocupações em torno do atendimento das necessidades da população. Na atualidade, observa-se que vários personagens se alinham no cenário de negociações para a implementação, o acompanhamento, a avaliação e a destinação de recursos para uma dada política pública e implementação de programas de intervenção comunitária.

No âmbito da prática da Psicologia em contextos comunitários, emergem reflexões a respeito do compromisso desse “fazer psicossocial” para com a população envolvida. Assim, esta relação entre o fazer profissional e a realidade concreta da população tem sido discutida no campo dos movimentos sociais e das políticas públicas.

Segundo Rodrigues (2009, p. 21):

Emerge, desta maneira, uma indagação relativa a que formação a Psicologia tem garantido aos seus profissionais para que estes “saibam ter” uma atuação que seja pró-cidadania e esteja, também, comprometida com a construção de políticas públicas voltadas ao coletivo e à solidariedade nas relações comunitárias.

Por isso novas demandas são colocadas ao lugar e prática da Psicologia, seja como assessora em movimentos sociais, como analista psicossocial em grandes e abrangentes investigações sobre as demandas e problemáticas vividas pelos setores populares, seja como planejadora e executora de programas de ação ampliados aos contextos de moradia, educação, saúde, mobilidade urbana e redes comunitárias.

Deriva-se daqui que os compromissos estabelecidos ficarão na relação direta com quem são os articuladores e intermediários entre a prática do profissional e os destinatários de tais ações. Poderia ser chamado do desafio relativo ao compromisso entre profissional e comunidade, ultrapassando uma relação diádica e tradicional do campo da Psicologia.

Diversos são os desafios na atualidade, para a formação e a inserção do (a) psicólogo (a) em contextos comunitários que defendem os direitos humanos, a justiça, a dignidade nas relações e a participação comunitária. Dentre eles encontra-se a adoção de paradigmas epistemológicos que levem a uma compreensão conjuntural e estrutural da situação e vida cotidiana da população, produzindo uma prática que permita atuar fora dos parâmetros individuais, clínicos e patologizantes que os paradigmas tradicionais da Psicologia têm se caracterizado. Este poderia ser chamado do desafio da coerência entre o propósito da ação e o recorte epistemológico adotado.

Segundo Lane (2007) não podemos nos esquecer da necessidade da construção de novos aportes teóricos e instrumentais para se poder atuar em novos cenários e novos contextos. Poder-se-ia dizer que a Psicologia nasceu muito mais como uma Psicologia do urbano, por exemplo, e hoje isto fica aquém das necessidades de prática psicossocial em distintos contextos em nosso país.

Presencia-se o surgimento de inúmeras demandas geradas em outros cenários sociopolítico-econômicos, como as populações excluídas e vilipendiadas em seus direitos, que vivem nas diferentes periferias dentro do espaço urbano; nas situações de campo, nas populações ribeirinhas, nos igarapés e nos bairros e vilas diversificados nos diferentes municípios e estados. Mesmo nos cenários urbanos

parece existir novas configurações comunitárias e populacionais que exigem do profissional certa maleabilidade e curiosidade em criar e buscar por novas ferramentas e, em particular, ferramentas construídas a partir da realidade concreta dessa população. Este poderia ser chamado do desafio relativo à necessidade de novos aportes epistemológicos para novos cenários urbano-rurais para a prática da Psicologia em comunidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com o trabalho conclui-se que algumas exigências são necessárias para uma atuação eficaz do profissional da psicologia no campo das políticas públicas. Uma das exigências é o comprometimento com a busca de caminhos e possibilidades para o atendimento das necessidades sentidas pela população. Por isso ele precisa incorporar vários conceitos e aportes teóricos que permitam compreender e apreender as diferentes perspectivas psicossociais vividas pelas pessoas em seu cotidiano, além de ter conhecimentos não somente da área da Psicologia, mas uma compreensão histórica e de totalidade concreta sobre a vida e existência das pessoas, assim como sobre suas necessidades e os sentidos psicossociais atribuídos.

Acredita-se que o psicólogo carece de um amplo e sólido conhecimento sobre ferramentas para captar a dinâmica e movimento dessa vida cotidiana, além de uma reflexão crítica e apurada capaz de atender às reivindicações da população. Para tal, precisa ter uma sensibilidade teórico-metodológica para tomar decisões que respeitem a população-alvo em seu sofrimento e existência, buscando modos de eliminar as explicações naturalizantes para essas condições, além de uma sensibilidade histórico-social para compreender e analisar os condicionantes sociais e políticos que ainda mantém a população em condições precárias em seu cotidiano. Enfim, ter uma posição crítica sobre as políticas sociais, no sentido de compreender os fatores opressores colaborando na formação da sociedade e construção da dignidade e da cidadania.

### **REFERÊNCIAS**

DIMENSTEIN, M. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em Estudo**, v.6 n.2, p.57-63, 2001.

GÓIS, C.W.L. **Noções de Psicologia Comunitária**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

JANUZZI, Paulo de M. **Indicadores sociais no Brasil**. Conceitos, fontes de Dados e Aplicações. Campinas: Alínea, 2010.

LANE, S.T.M. Histórico e fundamentos da Psicologia comunitária no Brasil. In: R.H.F Campos (Org.), **Psicologia Social Comunitária**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTEIRO, J. V. **Como funciona o governo: escolhas públicas na democracia representativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MYERS, D.G. **Psicologia Social**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

PRADO, M.A. Psicologia Comunitária nas Américas: o Individualismo, o Comunitarismo e a Exclusão do Político. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 201-210, 2012.

RAMMINGER, T.. Psicologia comunitária X assistencialismo: possibilidades e limites. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.21, n.1, p.42-45, 2010.

RAMOS, C.; CARVALHO, J.E.C. Espaço e subjetividade: formação e intervenção em psicologia comunitária. **Psicologia & Sociedade**, v.20, n.2, p.174-180, 2008.

RODRIGUES, A. **Psicologia social para principiantes**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TORRES, H., MARQUES, E. e (orgs). **Segregação, pobreza e desigualdade sociais**. São Paulo: Senac, 2005.